

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nayara de Cassia Gaban

**AS REVISTAS DA SCIELO EM ACESSO ABERTO E AS
POLÍTICAS DE DIREITOS AUTORAIS:
O CASO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DAS ENGENHARIAS**

SÃO CARLOS

2015

Nayara de Cassia Gaban

**AS REVISTAS DA SCIELO EM ACESSO ABERTO E AS
POLÍTICAS DE DIREITOS AUTORAIS:
O CASO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DAS ENGENHARIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ariadne Chloe Mary Furnival

SÃO CARLOS

2015

050 Gaban, Nayara de Cassia
G112r As revistas da SciELO em Acesso Aberto e as políticas de
Direitos Autorais : o caso das Ciências Agrárias e das
Engenharias / Nayara de Cassia Gaban. – 2015.
52 f.

00.001

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em
Biblioteconomia e Ciência da Informação) - Universidade
Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
Orientador: Profa. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival.

1. DIREITOS AUTORAIS 2. ACESSO ABERTO 3. DOAJ
4. SCIELO 5. GRAUS DE ABERTURA I. Furnival, Ariadne
Chloe Mary, orient. II. Título.

AS REVISTAS DA SCIELO EM ACESSO ABERTO E AS POLÍTICAS DE DIREITOS
AUTORAIS: O CASO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DAS ENGENHARIAS

NAYARA DE CASSIA GABAN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ariadne Chloe Mary Furnival

Orientadora

Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa

Membro interno

Universidade Federal de São Carlos

Eduardo Graziosi Silva

Membro externo

Universidade de São Paulo

*Este trabalho, bem como todas as minhas conquistas até aqui,
são dedicados inteiramente, de alma e coração,
à minha amada avó que não sabia ler, nem escrever,
mas sabia amar e por consequência,
com dedicação e ternura decifrou a vida;
Palmira Cano da Silva.*

AGRADECIMENTOS

Primeira e principalmente a Deus. Este que me confiou essa jornada presenteando-a a mim. O Qual branda todas as marés agitadas, me acolhe e ampara sem hesitar todo tempo protegendo-me e amando-me infinitamente. O Qual me prometeu essa conquista em 2011, e guiou meus pensamentos e coração até aqui por sua interminável benignidade. O meu Pai, meu Melhor Amigo, conhecedor dos meus desejos e sonhos sob o mais profundo princípio.

Aos meus pais. Especialmente a eles. Por todo apoio, amor e fé que depositaram e depositam em mim, pela dedicação e esforço dos quais são senhorios. Por esta graduação, afinal, se não fosse por eles, eu não teria conquistado metade do que conquistei.

Aos meus amigos, Klicia Mendonça, Matheus Almeida, Anderson Carlos, Bianca Casonato, Ana Keyla, Eduardo Graziosi Silva e Willian Andrade que me seguraram a mão e caminharam lado a lado.

A Argentina, a Universidad Nacional de La Plata (UNLP), a Biblioteca de la Facultad de Humanidades de la UNLP (BIBHUMA) e ao Centro de Estudiantes Universitarios de Los Toldos que me receberam de braços e corações abertos por aproximadamente 5 meses. Josefina Rossi, Camila Gerez, Leandro Passamonti, Emanuel Scheyola, Gabriela Lezaeta, Fatima Yordan, Yamil Avila, Agustin Leduc, Germán Pino Gomez, Delfnia Pávon, Felipe Quinteros, Juliana Ruscitti, Florencia, Monica Pené, Carolina Unzurrunzaga, Maria Cecilia Corda, Norma Mangiaterra, Mariela Viñas, Ailen Sosa, Abril Sosa, Jairo Roa e Poliana Wisentainer, sou infinitamente grata por toda a atenção e carinho que tiveram comigo.

A família Meclazcke que me acolheu em seu mais profundo esmero. A Marcela e Alejandro que são para mim como meus segundos pais e, a Celina e Julián que são para mim como irmãos que Deus e a vida me regalou.

A minha orientadora, Chloe, que confiou em mim, me guiou e me ensinou muito mais do que poderia descrever com palavras.

A todos os professores que tive o prazer de conhecer ao longo dessa jornada que por sinal, me ensinaram muito além das teorias e práticas biblioteconômicas.

E por fim, a UFSCar que me proporcionou todas essas experiências e conquistas ímpares.

“I will call upon Your name
And keep my eyes above the waves
When oceans rise
My soul will rest in Your embrace
For I am Yours and You are mine
(...)
And my faith will be made stronger
In the presence of my Saviour.”

Matt Crocker, Joel Houston e Salomon Ligthelm

RESUMO

O objetivo principal deste estudo foi o de analisar as políticas editoriais de periódicos de Acesso Aberto indexados tanto na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), quanto no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), verificando quais exigem e quais não exigem a cessão de Direitos Autorais por parte dos autores, para então apurar seus “níveis de abertura” tal como definidos no folheto “*HowOpenIsIt?*” publicado por SPARC, PLoS e OASPA. Para isto, foram coletados dados das tais políticas dos títulos de Ciências Agrárias e Engenharias por meio da opção “Instruções aos autores” contida na página de capa de um dos títulos na plataforma SciELO; ao todo foram 155 títulos analisados, sendo 94 de Ciências Agrárias e 61 das Engenharias. Cada política foi examinada mediante a eleição de palavras-chaves pertinentes ao objetivo desta pesquisa. Os resultados mostraram que apenas $\approx 4\%$ do total mencionado aclaram aos autores que os Direitos Autorais permanecem com eles. Equanto que $\approx 43\%$ exigem transmissão total destes direitos como requisito prévio para publicação. As análises, juntamente com a pesquisa bibliográfica exploratória, evidenciaram que este fato torna esses títulos “mais fechados”, o que não vai de encontro com a definição e essência do Acesso Aberto, pois este, visa a flexibilização da difusão científica e estimula que um mesmo estudo seja divulgado o mais amplamente possível, maximizando a comunicação científica.

Palavras-chave: Direitos Autorais; Acesso Aberto; DOAJ; SciELO; Graus de Abertura.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the editorial policies of open access journals indexed in the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and in the Directory of Open Access Journals (DOAJ), analyzing which of them require and which do not require the assignment of copyright by the authors, to then find their "levels of openness" as defined in the pamphlet "HowOpenIsIt?" published by SPARC, PLoS and OASPA. To this, data were collected from the policies of Agricultural Sciences and Engineering areas by using the option "Instructions to Authors" contained on the cover page of the titles in the SciELO platform; altogether 155 titles were analyzed, 94 of Agricultural Sciences and 61 of Engineering. Each policy has been examined by the election of keywords relevant according to the aims of the study. The results showed that only $\approx 4\%$ of the total mentioned clarifies that authors maintain copyright with them, while $\approx 43\%$ require full transmission of these rights as a prerequisite for publication. The analysis, coupled with bibliographical research, demonstrated that these titles are more "closed", which is not consistent with the definition and essence of Open Access because this focuses on easing scientific diffusion and encourages that research is disseminated as widely as possible, maximizing scientific communication.

Keywords: Copyright; Open Access; DOAJ; SciELO; Degrees of Openness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Símbolo oficial do “Open Access” – Acesso Aberto.....	19
Figura 2 - Símbolos Copyright, Copyleft e Creative Commons.....	24
Figura 3 - Condições CC: Reconhecimento.....	26
Figura 4 - Condições CC: Não-Comercial.....	26
Figura 5 - Condições CC: Sem-Derivações.....	27
Figura 6 - Condições CC: Compartilhar-Igual.....	27
Figura 7 - Licença Atribuição (CC BY).....	27
Figura 8 - Licença Atribuição - Sem-Derivações (CC BY ND).....	28
Figura 9 - Licença Atribuição - Compartilhar-Igual (CC BY SA).....	28
Figura 10 - Licença Atribuição - Não-Comercial (CC BY NC).....	28
Figura 11 - Licença Atribuição - Não-Comercial - Compartilhar-Igual (CC BY NC SA).....	29
Figura 12 - Licença Atribuição - Não-Comercial - Sem-Derivações (CC BY NC ND).....	29
Figura 13 - Licença Domínio Público.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A amostra trabalha em números nas plataformas SciELO e DOAJ.....	41
Tabela 2 - A exibição das licenças Creative Commons no SciELO e no DOAJ.....	42
Tabela 3 - Periódicos SciELO que exigem transmissão de Direitos Autorais.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Acesso Aberto
ARL	Association of Research Libraries
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BOAI	Budapest Open Access Initiative
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Creative Commons
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
DOAJ	Directory of Open Access Journals
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FSF	Free Software Foundation
GPL	Licença Pública Geral
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
OAI	Open Archives Initiative
OAI-PMH	Open Access Initiative-Protocol for Metadata Harvesting
OASPA	Open Access Scholarly Publishers Association
OJS	Open Journal Systems
ONG	Organização Não-Governamental
OSI	Open Society Institute
PKP	Public Knowledge Project
PLOS	Public Library of Science Collections
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SPARC	Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 <i>Acesso Aberto</i>	16
2.2 <i>Licenças Creative Commons</i>	24
2.3 <i>DOAJ e SciELO: Plataformas eletrônicas de Acesso Aberto – Via dourada</i>	31
2.4 <i>O Direito de autor e a Via Dourada do Acesso Aberto</i>	35
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	39
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

A iniciativa para o Acesso Aberto de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative - BOAI*) impulsionou uma campanha mundial em prol do acesso aberto a todas as novas publicações científicas revisadas pelos pares no ano 2002. Esta iniciativa procurou reunir projetos já existentes para explorar como seria possível trabalhar em conjunto para conseguir o mais amplo, profundo e rápido sucesso, sendo a primeira iniciativa a usar o termo “*Open Access*” (“Acesso Aberto”) para este propósito, a primeira a articular uma definição pública, a propor estratégias complementares e a generalizar o apelo ao AA a todas as disciplinas e países. Assim, o

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhe-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o *direito autoral* neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012)

Para tanto, este é dividido em duas estratégias: a “via verde”, que visa o auto arquivo de publicações em repositórios digitais; os institucionais de preferência, onde os pesquisadores depositam seus trabalhos publicados em revistas científicas revisadas pelos pares e a “via dourada”, que é baseada na criação, gestão e disseminação de revistas científicas que “nascem digitais” e também, em termos da sua disseminação, nascem como publicações em acesso aberto. É esta segunda estratégia que constitui o principal foco deste trabalho, pois, com toda essa constante propagação e sucesso que vem se dando, os periódicos encontram-se “acuados” e por isso, buscam formas de fortalecer o arcabouço de restrições que aprisionam e protegem o conteúdo digital e tais “referidas restrições de acesso se manifestam em formas de *copyright*, direitos autorais e direitos de reuso”. (FURNIVAL; ALMEIDA, 2014, p. 3)

Bem como ilustra o panfleto *HowOpenIsIt?* (“Quão aberto é?”) lançado em 2011 pela *Public Library of Science Collections* (PLOS), pela *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC) e pela *Open Access Scholarly Publishers Association* (OASPA), existem vários “níveis de abertura” de um periódico com base em suas restrições postas em suas políticas editoriais. E quando estes exigem transferência de direitos autorais dos autores para que seus artigos sejam publicados, encontram-se no nível “mais fechado” do Acesso Aberto,

pois assim, os autores não podem depositar seus próprios estudos em um repositório, por exemplo, posterior a publicação em algum determinado periódico, isto é, aos autores não pertencerão mais seus próprios estudos. Assim, muitos se vêm em situações críticas, pois as revistas AA (Acesso Aberto) deveriam publicar estudos com imediatez e com o mínimo de restrições possíveis visando maximizar o alcance da comunicação científica cada vez mais.

Diante do colocado, o objetivo principal deste estudo é o de analisar as políticas editoriais dos periódicos de Ciências Agrárias e Engenharias, indexados tanto na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), quanto no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), verificando quais exigem e quais não exigem a cessão desses direitos por parte dos autores verificando seus “níveis de abertura”. Pois, segundo Furnival e Almeida (2014), é possível afirmar que o grande responsável pelo fortalecimento da via dourada no Brasil é a plataforma SciELO, sendo também uma das principais plataformas provedoras de revistas indexadas pelo DOAJ, e o fato de estarem indexados nesse diretório significa que os avaliadores do mesmo entendem que esses títulos satisfazem os critérios para serem considerados como revistas de Acesso Aberto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acesso Aberto

Parece um tópico recorrente começar a falar sobre qualquer tema que afete a Ciência da Informação e seus serviços colocando em discussão que as novas tecnologias têm influenciado de maneira fundamental o exercício profissional dos bibliotecários. Porém, quando nos referimos a questões ligadas à propriedade intelectual, direito de autor e acesso aberto, por exemplo, seria um atrevimento não mencionar como as tecnologias têm transformado a qualidade e a quantidade dos serviços oferecidos, a disponibilidade de novos suportes e recursos e a capacidade de transcender o âmbito de influência da própria biblioteca para o ambiente digital, pois, segundo Arévalo, Cascón e García (2011):

Las tecnologías han afectado a todos los sectores profesionales sin excepción, desde aquellos que trabajan manualmente a quienes lo hacen con el intelecto, pero sin menoscabo alguno se puede afirmar, sin temor a equivocarse, que especialmente se han visto afectados los sectores que trabajan directamente con información.

Com base nisso, observa-se atualmente importantes mudanças no sistema de publicação científica. Se por um lado a Internet e as novas tecnologias da informação e comunicação (doravante, as TICs) têm oferecido os meios tecnológicos para viabilizar estas transformações, por outro, o mundo da ciência tem buscado novas estratégias de divulgação e acesso dos resultados de pesquisas.

Ainda segundo Arévalo, Cascón e García (2011), durante séculos a relação entre editor e provedor girou em torno da existência de um grupo editorial e/ou distribuidor que publicava um número de revistas determinado, o qual se inscrevia a biblioteca ou centro de informação selecionando cada revista de maneira individual sobre um preço unitário para as instituições que as compravam. Além disso, quando se cancelava a inscrição a biblioteca deixava de receber os números novos, mas, conservava a coleção até o ponto em que havia pago, já que havia comprado o suporte.

Então, como Rodrigues (2004) bem coloca, nas últimas décadas do século XX, o crescimento proeminente da literatura científica, em seus mais diversos ramos do saber, foi acompanhado pela comercialização, e pela perda de controle por parte do mundo acadêmico, do sistema de comunicação da ciência. A função essencial das revistas científicas (a divulgação de

resultados de investigação, para promover o avanço da ciência) foi deixada em segundo plano pelos objetivos comerciais de lucro e rentabilidade. Os pesquisadores entregavam gratuitamente os resultados de seus trabalhos, suportado com as verbas das instituições onde trabalhavam, ou com bolsas e financiamentos externos, a editores que depois os vendem de novo às bibliotecas dessas mesmas instituições, muitas vezes a preços elevados. Em muitos casos, eles entregavam gratuitamente os seus artigos a revistas que a sua instituição não tem disponibilidade financeira para assinar. Logo,

O resultado de tudo isto foi um brutal aumento dos preços das revistas científicas (cerca de 152% apenas entre 1986 e 1998), o que por sua vez se traduziu numa diminuição do número de revistas assinadas pelas bibliotecas das universidades e outras instituições científicas (cerca de 7% no mesmo período de tempo). As limitações ao acesso daqui decorrentes traduziram-se numa perda de eficiência do sistema de comunicação da ciência e em limitações ao impacto e reconhecimento dos resultados alcançados pelos investigadores e as instituições. (RODRIGUES, 2004).

Mediante este cenário, o cancelamento de muitos periódicos por parte de bibliotecas universitárias de várias partes do mundo foi inevitável e, conseqüentemente, estas começaram a rever as suas políticas de aquisição e muitos pesquisadores deixaram de ter acesso aos periódicos mais importantes para as suas pesquisas.

Verificou-se então, nos anos 90, a necessidade de se desenvolver iniciativas alternativas para disseminar livremente as pesquisas científicas, e para tal, foram desenvolvidos e implantados os repositórios digitais. Como Melero (2005) relata, o primeiro repositório,

(...) al menos el de mayor prestigio, fue el repositorio XXX (Los Alamos National Laboratory) actualmente ArXiv (Cornell University) dedicado a la física de altas energías, computación y ciencias no lineales, creado por Paul Ginsparg en 1991. Otros repositorios temáticos prestigiosos de ámbito internacional son RePEc (Research papers in economics) en el área de la economía, o CogPrints en psicología y ciencias cognitivas y e-LIS (Eprints in library and information science) en temas de documentación y biblioteconomía.

À vista dessas iniciativas e da real necessidade de se encontrar uma solução eficaz para a comunicação da ciência, Ginsparg (*apud* KURAMOTO 2012) destaca:

Então o ponto essencial é auto-evidente: se nós os pesquisadores não escrevemos com a expectativa de obter lucros diretamente de nossos esforços, então não há razão terrena que justifique que alguém deva obter lucros neste processo.

É neste momento então, a partir dessa percepção que o movimento “Open Access” (Acesso Aberto) tem início, e é em 1998 que sua consolidação é marcada, pela criação da *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC) pela *Association of Research Libraries* (ARL) e pelo início da operação pública da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Já em 1999, foi lançada a *Open Archives Initiative* (OAI), com o objetivo de criar uma plataforma simples para permitir a interoperabilidade e a pesquisa de publicações científicas de diversas disciplinas. Esta iniciativa, que surgiu no seio da comunidade dos eprints, partiu de uma abordagem essencialmente técnica. Mas ao fornecer uma base estável para a interoperabilidade de arquivos abertos, e face ao número crescente de servidores que o implementam, a iniciativa OAI contribuiu para dar ainda mais visibilidade e encorajamento ao movimento do Acesso Livre. O ano de 2000 ficou marcado pelo lançamento da PubMed Central, que disponibiliza gratuitamente artigos em texto completo em complemento da base de dados bibliográficos PubMed, e pelo início da publicação de artigos e revistas de acesso livre pela Biomed Central. Foi então, que em 14 de fevereiro de 2002 ocorreu a reunião *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), definindo a Via Verde (*Green Road*) e a Via Dourada (*Golden Road*), organizada pela *Open Society Institute* (OSI). A BOAI 2002 também definiu o 1º protocolo de interoperabilidade entre fontes online, o *Open Access Initiative-Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH). Posteriormente, outras duas fundamentais reuniões aconteceram em prol da configuração e da definição do AA, são elas: *Bethesda Statement on Open Access Publishing*, realizada em junho de 2003 e a *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in Science and Humanities*, realizada em outubro de 2003.¹

Rodrigues (2004) diz que a BOAI estabeleceu o significado e âmbito do acesso aberto. Kuramoto (2012) concorda com essa linha de pensamento ao dizer que a BOAI definiu uma série de princípios e estratégias que têm sido preconizadas por muitos especialistas. Segundo ele, Paul Ginsparg deu o tom moral e ético ao movimento quando falou a respeito dos pesquisadores publicarem sem interesses comerciais e lucrativos não deixando assim, margem a outros se utilizarem de suas descobertas para gerar lucro ou fazer comércio.

Um ponto importante destacado por Melero (2005) é o que diz que a Declaração de Budapeste (BOAI) em 2002, implica que se respeite as leis de *copyright* existentes, pois esta defende que sejam eles, os autores e/ou instituições que detenham esses direitos. Já a declaração de Bethesda (*Bethesda Statement on Open Access Publishing*) de 2003, além de apoiar a BOAI,

¹ FAUSTO, Sibe. Evolução do acesso aberto: breve histórico. *SciELO em Perspectiva*. 2013. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

acrescenta que uma versão completa do trabalho deve ser depositada imediatamente após a inicial publicação em pelo menos um repositório on-line que seja suportado por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, agência do governo, entre outros, para permitir o acesso aberto, e de longo prazo de arquivamento.

A BOAI também recomenda que os artigos publicados por meio do Acesso Aberto estejam sobre uma licença *Creative Commons* de atribuição (CC-BY) ou outra equivalente como a licença ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização do trabalho acadêmico:

No desenvolvimento da estratégia e estabelecimento de prioridades, reconhecemos que o acesso grátis (grátis AA) é melhor que o acesso pago, que o acesso livre é melhor que o acesso grátis, e que livre de acordo com CC-BY ou equivalente é melhor que livre sob licenças abertas mais restritivas. Devemos atingir o que for possível quando for possível. Não devemos adiar a obtenção de grátis para conseguir o livre, e não nos devemos deter no grátis quando podemos obter o livre. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012)

Muitos outros eventos e fatos contribuíram para a estruturação e solidificação do Acesso Aberto durante tanto o período de tempo citado acima, quanto ao decorrer até os dias atuais, mas agora o mais importante é entender então, o que é então o Acesso Aberto.

Figura 1 – Símbolo oficial do “*Open Access*” – Acesso Aberto



Fonte: openaccessbutton.org²

Acesso Aberto se refere a livre disponibilização na Internet de literatura de caráter científico, permitindo a qualquer utilizador pesquisar, consultar, descarregar, imprimir, copiar e distribuir o texto integral de artigos e outras fontes de informação científica, sendo o limite para a reprodução e distribuição, o direito do autor sobre a integridade e crédito de sua obra, assim como sua citação adequada. Este deve satisfazer duas condições:

1. O autor e o detentor dos direitos de tais contribuições concedem para todos os usuários o direito livre e gratuito, irrevogável e mundial de acessar a obra e licenciam a sua cópia, uso, distribuição, transmissão e disposição pública e a elaboração e distribuição de obras derivadas em qualquer meio

² Disponível em: <<https://www.openaccessbutton.org/about#how>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

digital para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição adequada de autoria (os padrões comunitários continuarão a prover os meios para o cumprimento da atribuição adequada e responsável da obra publicada, como acontece agora), assim como o direito de fazer poucas cópias para o seu uso pessoal. 2. A versão completa do trabalho e todos os materiais complementares (...) é depositada em formato eletrônico padrão em ao menos um repositório usando padrões técnicos adequados (...) que é mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, agência governamental ou outra instituição bem estabelecida que busca permitir o acesso aberto, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento de longo prazo (BERLIN, 2003 *apud* ORTELLADO, 2008).

É importante aclarar também, que o AA não deve ser desassociado do processo de avaliação por pares (*peer-review*), pois todas as iniciativas de Acesso Aberto persistem na sua importância. Acontece que os autores cedem seus trabalhos, bem como grande parte dos editores de revistas e dos pareceristas que participam da avaliação. O acesso aberto representa múltiplas vantagens sobre o uso de documentos para cópia, distribuição, impressão, entre outras atividades. Por meio de uma perspectiva sobre os recursos de informação, o acesso aberto aponta por trabalhar para que as publicações científicas e as investigações em desenvolvimento sejam difundidas por diversos meios e assim, fortalecer o início, o avance e a conclusão das mesmas.

Peña (2012), afirma que o impacto que possuem os recursos de acesso aberto para as esferas educativas e sociais adquire cada vez maior relevância em termos acadêmicos e de organização da informação, assim como também de visibilidade da produção científica e humanística contemporânea, dado que até os dias atuais a humanidade nunca havia tido tanta diversidade de informação, assim como também, não havia tido a necessidade de desenvolver habilidades para o usufruto da mesma em termos informativos e cognitivos.

Todo este contexto surgiu com o objetivo de melhorar o sistema tradicional de comunicação científica e facilitar o livre acesso as publicações através da internet. A eliminação de barreiras favorece a visibilidade e a difusão da investigação, enriquece a educação, rompe as barreiras entre países menos desenvolvidos e os mais desenvolvidos e principalmente, permite que se recupere parte de todo financiamento com fundos públicos dedicados às pesquisas de investigações científicas.

Porém, mesmo com a progressiva consolidação do acesso aberto, temos hoje o que Willinsky (2006 *apud* FURNIVAL; ALMEIDA 2014, p. 42) denomina “domínio público de ciência em duas camadas” (“*a two-tiered ‘public domain of science’*”): ou seja, uma é baseada no acesso

restrito sob o pagamento de taxas de acesso e a outra é baseada no acesso aberto, com uma menoridade de artigos (apenas em torno de 25% do total do número publicado anualmente), menoridade essa que ocupa espaço conjunto na camada de acesso restrito graças àqueles autores/pesquisadores de trabalhos publicados convencionalmente que também os depositam em algum repositório digital, seja ele institucional ou por área temática.

Contudo, o acesso aberto pode ser alcançado por duas estratégias diferentes a “via verde” e a “via dourada”.

A Via Dourada é constituída pela criação, gestão e disseminação de revistas científicas que “nascem digitais” e também, em termos da sua disseminação, nascem como publicações em acesso aberto. Nesta estratégia, por algumas vezes, a publicação de artigos é paga pelos autores e/ou financiadores das pesquisas e não mais pelos usuários na forma de licenças de uso. A manutenção ao direito de autor permanece desde que ele não o transfira para a editora ou periódico responsável pela publicação do artigo. Segundo Jacob (2014, p. 63), é de extrema importância que exista conscientização por parte das universidades e centros de pesquisa em torno dos direitos de autor, porque a cessão destes não é um pequeno preço a se pagar aos publicadores.

Já a Via Verde visa o auto arquivo em repositórios digitais, ou seja, as universidades e instituições de ensino são estimuladas a desenvolverem seus repositórios institucionais e então, estabelecer políticas que incentivem os pesquisadores a depositarem uma cópia de seus trabalhos publicados em revistas científicas com revisão pelos pares no mesmo.

No Brasil, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desenvolve variadas ações em harmonia com essas duas estratégias. Ele tem praticado prospecção, identificação, absorção, customização e distribuição de tecnologias que suportam a concepção de repositórios e de periódicos científicos eletrônicos. Uma delas é o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que surgiu em 2003 por meio da customização do *Open Journal Systems* (OJS) que é um software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvidas pelo *Public Knowledge Project* (PKP) da *University of British Columbia*. Este mecanismo contempla ações essenciais para a automação de atividades de editoração de periódicos científicos. Seu processo editorial oportuniza uma melhoria na avaliação da qualidade de revistas e uma maior eficácia no fluxo de informações. Recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ele também permite que a disseminação, divulgação e preservação dos conteúdos dos

periódicos brasileiros apresentem uma melhoria na adoção dos padrões editoriais internacionais para revistas on-line 100% eletrônicas. Sua aceitação pela comunidade brasileira de editores é oriunda do desempenho do sistema e da sua fácil adaptação aos processos editoriais em uso³.

O uso destes padrões pelo SEER torna os periódicos que o adotam integrados ao crescente número de revistas científicas que seguem a iniciativa de arquivos abertos. Adaptado para a realidade dos periódicos brasileiros, o SEER é destinado originalmente a centros de pesquisa, universidades e editores científicos, mas pode ser utilizado por qualquer instituição ou particular que se interesse em fundar e manter uma publicação eletrônica de acesso aberto. (MORENO; LEITE; ARELLANO, 2006, p. 88).

O IBICT também desenvolveu e implantou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a qual integra um acervo de 93 instituições de ensino, disseminando assim, mais de 75 mil teses e dissertações eletrônicas. Ela utiliza as tecnologias do OAI e possibilita que a comunidade nacional de C&T publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior, proporcionando maior visibilidade para a produção científica brasileira⁴.

Porém, como Kuramoto (2006, p. 99) bem coloca, diversos especialistas tomam uma posição de desconfiança ainda no que diz respeito à qualidade dos repositórios, via verde, e publicações em acesso livre, via dourada, assentados no falso argumento de que esses repositórios e publicações eletrônicas não possuem *peer-review*. Neste contexto, há que considerar que os repositórios de e-prints podem conter trabalhos não revisados pelos pares, no entanto, há que considerar também que neles se podem depositar de igual maneira, trabalhos revisados pelos pares, uma vez que estes seriam cópias de *papers* já submetidos e selecionados para publicação em um periódico científico com *peer-reviewing*. E é por esta razão que os provedores de dados costumam firmar políticas de uso desses repositórios, criando sempre que possível, um repositório que contenha somente artigos revisados pelos pares e um outro contendo os artigos não revisados pelos pares, pois este tipo de precaução assegura a qualidade dos repositórios. Segundo Mueller (2006, p.32),

(...) parece que a maior novidade e talvez o maior potencial para desenvolvimento estariam nos repositórios institucionais, que de certa forma disciplinam e sistematizam a atividade do arquivamento individual. Tais repositórios chamam a atenção pela obviedade (tardamente percebida) da solução que apresentam para países em desenvolvimento. As comunidades

³ Fonte: <http://seer.ibict.br/>

⁴ Fonte: <http://bdttd.ibict.br/a-bdttd>

científicas e cada autor membro dela, independentemente de situação de desenvolvimento científico de seu país, têm as mesmas aspirações quanto a atingirem maior visibilidade, reconhecimento, citações. Para isso, de acordo com a tradição tão profundamente inculcada em cada pesquisador durante o seu processo de formação, todos seus esforços são dirigidos para publicar, especialmente nas revistas mais prestigiosas, geralmente internacionais e indexadas. No Brasil, como em muitos outros países, esses esforços são estimulados e premiados pelas universidades e agências de fomento. Nem sempre, no entanto, os esforços têm sucesso. Uma alternativa extremamente atraente, mas certamente utópica, poderia ser oferecida, se todas as universidades do mundo mantivessem repositórios institucionais de acesso livre. Teríamos todos, acesso a tudo.

Já as publicações científicas eletrônicas de acesso livre, segundo Kuramoto (2006, p. 99), seguem os padrões da comunicação científica, conversando um corpo de especialistas revisores e um comitê editorial. Desta forma, evidencia-se que a diferença entre este tipo de publicação e o seu semelhante impresso é apenas o suporte físico. Porém, percebe-se que para algumas áreas, os números de citações para textos eletrônicos ocorrem de maneira mais alta que os números de citações para textos impressos. Esta é uma das razões pelas quais os autores estão se estimulando para submeter seus textos a periódicos eletrônicos de acesso livre (MULLER, 2006, p. 35).

É importante aclarar que não existe a necessidade de se favorecer uma solução apenas, via verde ou via dourada. Estas são soluções que atendem a diferentes demandas e cenários, cada uma tem o seu papel e surgiu, como exposto anteriormente, através da dificuldade enfrentada para a comunicação científica. São propostas que se originaram na BOAI com o objetivo de atender ao máximo as carências existentes e assim, fortalecer e garantir o avanço contínuo da ciência.

2.2 Licenças Creative Commons

Como já citado anteriormente, a BOAI recomenda que os artigos publicados por meio do Acesso Aberto estejam sobre uma licença *Creative Commons* de atribuição (CC-BY) ou outra equivalente como a licença ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização do trabalho acadêmico. Essas licenças representam a vertente jurídica dos diversos elementos que compõem o chamado “*copyleft*”. Este teve sua origem em meados da década de 80 do século passado, com o surgimento do software livre e seu objetivo era o de que todas as pessoas poderiam ter acesso não só aos programas, mas também aos códigos em que foram escritos. Assim, para evitar que os esforços do movimento fossem apropriados indevidamente e patenteados por algum empreendedor oportunista, bloqueando o desenvolvimento compartilhado, a *Free Software Foundation* (FSF) desenvolveu a Licença Pública Geral (GPL), em inglês, conhecida como *copyleft*. Ela é a garantia que os esforços coletivos não serão indevidamente considerados propriedade de alguém.

Uma licença *Copyleft* usa a lei de *copyright* para garantir que todos que recebam uma versão da obra possam usar, modificar e também distribuir tanto a obra, quanto suas versões derivadas. Lemos e Branco Júnior (2009) dizem que,

de maneira leiga, pode-se dizer que copyleft é o oposto de copyright. (...) o copyleft é um mecanismo jurídico para se garantir que detentores de direitos de propriedade intelectual possam licenciar o uso de suas obras além dos limites da lei, ainda que amparados por esta. Por meio das licenças inspiradas no copyleft, aos licenciados seria garantido, de maneira genérica, valer-se das obras de terceiros nos termos da licença pública outorgada.

Foi a partir de todo este conceito criado em torno do software livre que surgiram demais projetos colaborativos, dos quais o *Creative Commons* é o exemplo mais popular.

Figura 2 – Símbolos Copyright, Copyleft e Creative Commons



Fonte: tilomotion.com⁵

⁵ Disponível em: <<http://www.tilomotion.com/blog/licencias-que-todos-debemos-aprender-copyright-copyleft-y-creative-commons/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

O CC trata-se de uma Organização Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos que foi fundada em 2001 nos Estados Unidos e começou a funcionar em 2002 com escritórios em São Francisco. Prevê licenças para vários tipos de suportes e trata da redação das mesmas e de contratos que determinam sobre quais condições se pode então, utilizar essas obras.

Ainda segundo Lemos e Branco Júnior (2009),

O Creative Commons é um projeto criado pelo professor Lawrence Lessig, da Universidade de Stanford, e que tem por objetivo expandir a quantidade de obras criativas disponíveis ao público, permitindo criar outras obras sobre elas, compartilhando-as. Isso é feito através do desenvolvimento e disponibilização de licenças jurídicas que permitem o acesso às obras pelo público, sob condições mais flexíveis.

Segundo Lima e Santini (2008), “o CC tem por finalidade desenvolver licenças que possam ser usadas por qualquer pessoa ou organização, para que seus trabalhos venham a ser disponibilizados para uso, cópia, disseminação e recriação”.

Ele é baseado no conceito de proporcionar mecanismos concretos, ou seja, as licenças, aos criadores das obras para que estes possam regularizar os usos das mesmas. Isto é, trata-se de recursos legais que permitem aos autores fixar os termos sob os quais desejam compartilhar suas obras permitindo que outros as usem, copiem, distribuam e modifiquem, mantendo o seu direito moral ao reconhecimento como autores criadores e proibindo, por exemplo, a comercialização. As licenças CC se aplicam a textos, imagens, vídeos e músicas, resumindo, a todas as formas de expressão do conhecimento.

O *Creative Commons* busca impulsionar a reutilização criativa das obras, permitindo que o autor da mesma mantenha os direitos que considere oportunos. Coloca à disposição dos autores em sua página na internet (creativecommons.org) formulários que facilitam a escolha das características de distribuição de suas obras, então uma vez preenchidos estes formulários, o sistema gera a licença em três formatos: resumo de uso autorizado, texto legal e versão digital com metadados que se pode usar para facilitar o trabalho dos "buscadores" na Internet.

Todas as licenças são aplicáveis em todo o mundo e duram o mesmo prazo que o direito de autor e/ou os direitos conexos aplicáveis (porque têm por base o direito de autor e/ou os direitos conexos). Estas características comuns constituem a forma de base. Os licenciantes podem depois optar por acrescentar autorizações adicionais, quando decidem de que forma pretendem que o seu trabalho possa vir a ser usado. Os licenciados têm de atribuir ao

licenciante os devidos créditos, manter intactos os avisos de direito de autor em todas as cópias do trabalho e fornecer um link para a licença a partir das cópias do trabalho.

Basicamente, o *Creative Commons* promove 4 condições que estas, quando combinadas, ou não, dão formas as então licenças CC.

A primeira condição baseia-se no **Reconhecimento**, que é ilustrada pela figura abaixo. Sob esta condição o autor explicita seu direito moral e irrevogável de ser reconhecido quando sua obra for usada e explorada por outros.

Figura 3 – Condições CC: Reconhecimento



Fonte: tilomotion.com⁶

A segunda condição faz referência à proibição de se fazer uso de obras para fins comerciais. Ou seja, sob esta condição o material original e os trabalhos derivados podem ser distribuídos, copiados e exibidos desde que seu uso seja **Não-Comercial**.

Figura 4 – Condições CC: Não-Comercial



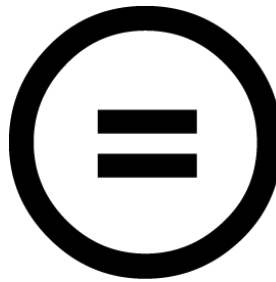
Fonte: tilomotion.com⁷

Já a terceira condição é a respeito da proibição de derivações a partir de uma obra original. Isto é, se pode copiar, distribuir e exibir, porém, **Sem-Derivações** alterando a originalidade da mesma.

⁶ Disponível em: <<http://www.tilomotion.com/blog/licencias-que-todos-debemos-aprender-copyright-copyleft-y-creative-commons/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

⁷ Disponível em: <<http://www.tilomotion.com/blog/licencias-que-todos-debemos-aprender-copyright-copyleft-y-creative-commons/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

Figura 5 – Condições CC: Sem-Derivações



Fonte: tilomotion.com⁸

Por fim, a quarta e última condição requisita que o compartilhamento de obras derivadas do original seja feito também, sob a mesma licença CC. Quer dizer, o futuro autor deverá compartilhar igualmente (**Compartilhar-Igual**) sua obra.

Figura 6 – Condições CC: Compartilhar-Igual



Fonte: tilomotion.com⁹

Como já dito, estas quatro condições combinadas, ou não, dão forma a seis licenças CC. Entendamos agora então, o que cada uma delas significa, protege e permite.

Figura 7 – Licença Atribuição (CC BY)



Fonte: creativecommons.org

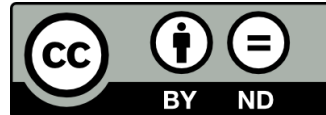
A primeira delas é a licença de **Atribuição (CC- BY)**. Trata-se da licença mais flexível de todas as 6 existentes. Ela é recomendada para maximizar a disseminação e o uso dos materiais licenciados. Por isso então, permite que outros, distribuam, adaptem, criem obras derivadas,

⁸ Disponível em: <<http://www.tilomotion.com/blog/licencias-que-todos-debemos-aprender-copyright-copyleft-y-creative-commons/>>. Acesso em 02 jun. 2015.

⁹ Disponível em: <<http://www.tilomotion.com/blog/licencias-que-todos-debemos-aprender-copyright-copyleft-y-creative-commons/>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

mesmo que para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao autor originário da obra.

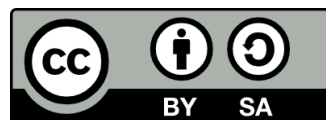
Figura 8 – Licença Atribuição - Sem-Derivações (CC BY ND)



Fonte: creativecommons.org

A segunda licença é a **Atribuição - Sem-Derivações (CC BY ND)**. Ela permite a distribuição, comercial e não comercial da obra, de modo que a mesma seja disseminada inalterada em sua totalidade com o crédito atribuído ao autor responsável.

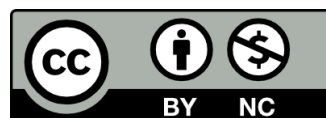
Figura 9 – Licença Atribuição - Compartilhar-Igual (CC BY SA)



Fonte: creativecommons.org

A terceira é a licença **Atribuição - Compartilhar-Igual (CC BY SA)**. Esta permite que outros disseminem, remixem, adaptem e criem derivações a partir do trabalho original, para fins comerciais ou não. Ela apenas requisita que seja atribuído o devido crédito ao autor original e que novas criações (a partir de uma obra licenciada sob esta licença específica), sejam distribuídas sob a mesma licença.

Figura 10 – Licença Atribuição - Não-Comercial (CC BY NC)



Fonte: creativecommons.org

A quarta é a **Licença Atribuição - Não-Comercial (CC BY NC)**. Esta permite que outros disseminem, remixem, adaptem e criem derivações a partir do trabalho, porém, desde que para fins não-comerciais, atribuindo o devido crédito ao autor da obra original consultada.

Figura 11 – Licença Atribuição - Não-Comercial - Compartilhar-Igual (CC BY NC SA)



Fonte: creativecommons.org

Já a quinta licença é a **Atribuição - Não-Comercial - Compartilhar-Igual (CC BY NC SA)**. Esta permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da obra original, porém, para fins não-comerciais, atribuindo também, o devido crédito ao autor da obra original consultada e licenciando as novas criações (a partir de uma obra licenciada sob esta licença específica), sob esta mesma licença.

Figura 12 – Licença Atribuição - Não-Comercial - Sem-Derivações (CC BY NC ND)



Fonte: creativecommons.org

Por último, a sexta licença é a **Atribuição - Não-Comercial - Sem-Derivações (CC BY NC ND)**. Trata-se da licença mais restritiva de todas as anteriores. Ela permite que seja feito o download da obra e que a mesma seja compartilhada desde que o devido crédito seja atribuído, porém, não é possível criar derivações de nenhuma forma e tão pouco fazer uso comercial do material.

Ainda existe a possibilidade, segundo o site creativecommons.org, de conceder todos os direitos da obra, tornando-a de domínio público. Existe o instrumento CC0 que possibilita que os licenciados renunciem a todos os seus direitos, tornando a obra um trabalho de domínio público, antes mesmo do previsto por lei. Porém,

El problema es que tal y como ocurre en el Derecho español y europeo, la normativa no permite renunciar a una serie de derechos de gestión sobre la obra antes de lo estipulado, por lo que esta licencia no resulta válida para su aplicación en todas las jurisdicciones. (PALENCIA, 2014).

Figura 13 – Licença Domínio Público



Fonte: creativecommnos.org

É importante ressaltar que, segundo Lemos e Branco Júnior (2009), existe a possibilidade do autor de uma obra fazer o uso de duas licenças em conjunto para licenciar seu trabalho. Por exemplo, é possível que uma mesma obra contenha tanto a licença CC-BY-NC quanto a CC-BY-SA. Os autores ainda ressaltam que “é natural que o direito de autor deva ser preservado. Há autores que dependem da remuneração pelos seus trabalhos para que possam continuar a produzir” (LEMOS; BRANCO JÚNIOR, 2009).

Contudo, não se deve ignorar o fato de que existe um problema com as licenças, o já citado por Palencia (2004). Porém, é possível perceber por meio do exposto que as licenças CC são importantes instrumentos jurídicos que podem auxiliar na disseminação da cultura permitindo a expressão nas mais diversas áreas, incentivando o desenvolvimento de modelos cooperativos para que autores tenham a possibilidade de permitir a utilização, divulgação e transformação de sua obra por terceiros, a fim de contribuir para a ampliação do patrimônio cultural comum e, para a disseminação do conhecimento.

2.3 DOAJ e SciELO: Plataformas eletrônicas de Acesso Aberto – Via dourada

O movimento para o acesso livre pode ser considerado como um fato muito interessante e importante para a comunicação do conhecimento científico, tanto em níveis internacional, quanto nacional. Porém, ao mesmo tempo, este representa um grande desafio para a comunidade científica, de modo que quanto mais amplo o seu sucesso, mais ousada será a mudança provocada no sistema tradicional de comunicação científica.

O *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), é um dos exemplos mais fortes da consolidação da via dourada do Acesso Aberto, pois trata-se de um diretório que lista, hoje em dia, periódicos AA de 134 países, proporcionando assim, o acesso a mais de 10.500 revistas, o que gera aproximadamente 1.900.000 artigos científicos para acesso de todas as áreas do conhecimento¹⁰. Em 2007, segundo Morrison (2007), a estimativa era que o Diretório crescia com uma taxa de mais de um título por dia.

Na primeira *Nordic Conference on Scholarly Communication* em Lund/Copenhaga, 2002, foram propostos vários projetos visando o impulsionamento do Acesso Aberto (após a BOAI), e o DOAJ foi um desses projetos. Logo depois em 2002, a *Lund University* tornou-se então, a responsável por estabelecer e manter o Diretório com o apoio da OSI. Hoje sua equipe (diretoria, editorial, conselho consultivo e gestão) é formada por um quadro de acadêmicos multidisciplinares que visam manter e fortificar sua essência.

O objetivo do DOAJ é aumentar a visibilidade e a facilidade de utilização de revistas científicas e acadêmicas, de acesso aberto, promovendo, assim, a sua maior utilização e impacto. Ele pretende ser abrangente e cobrir todas as revistas científicas e acadêmicas AA que utilizem um sistema de controle de qualidade para garantir o seu conteúdo. Em suma, pretende ser o “*one-stop shop*” para os usuários de revistas de acesso aberto. Cumprem os requisitos de aceite para estarem disponíveis no DOAJ revistas que usam um modelo de financiamento que não cobrem aos leitores ou instituições pelo acesso, pois são apoiados os direitos dos usuários de “ler, copiar, distribuir, imprimir e pesquisar” esses artigos. O controle de qualidade da revista deve exercer “*peer-review*” ou revisão editorial (em particular nas Ciências Humanas), liderado por um editor, ou um editor e um conselho editorial; também devem relatar resultados preliminares de investigação ou súmulas de resultados de pesquisa para a comunidade acadêmica; bem como, é recomendável que sua série seja mais frequente

¹⁰ Fonte: <https://doaj.org/>

que “anualmente” e, cada edição deve ser datada e numerada consecutivamente contendo normalmente artigos separados, ou outros escritos.

As tecnologias disponíveis permitem coletar e organizar estes recursos de uma forma que concede às bibliotecas em todo o mundo integrar estes mesmos em serviços existentes, oferecendo assim, valor acrescentado, tanto para os prestadores destes serviços quanto para a comunidade de pesquisadores a nível global. Em 2007, Morrison já destacava que o “DOAJ é a lista erudita “*peer-reviewed*” mais reconhecida e de maior autoridade lista de revistas inteiramente de Acesso Aberto”¹¹.

Contudo, segundo Furnival e Almeida (2014),

(...) talvez seja inegável que comparativamente, a via dourada de acesso aberto seja bem mais consolidada no Brasil, com uma quantidade formidável de revistas científicas disponíveis em acesso aberto hoje, e ocupando o segundo lugar no mundo com 937 revistas registradas no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), somente atrás dos Estados Unidos que ocupam o primeiro lugar no mesmo Diretório, com 1218 revistas em acesso aberto (DOAJ, 2014). Podemos afirmar que o grande responsável para este fortalecimento da via dourada no Brasil, comparada com a via verde ainda em estado incipiente, é a SciELO – Scientific Electronic Library Online.

A *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), é a maior provedora de revistas indexadas pelo DOAJ. Não há outra região, em termos mundiais, que possua este nível de adoção dos periódicos AA indexados internacionalmente. A SciELO disponibiliza atualmente aproximadamente 1.200 periódicos AA para acesso integral, contando assim, com aproximadamente 38.000 fascículos o que resulta uma margem de 550.000 artigos. O que o faz ainda mais impressionante é o seu número de citações ser em torno de 12.500.000¹². Trata-se, pois, de uma biblioteca virtual que foi lançada em 1997 como um programa especial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), juntamente com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, mais conhecido como, BIREME. O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) também passou a apoiar a iniciativa em 2002. Países como a África do Sul, Espanha e Portugal incluindo os países da América Latina e Caribe integram a rede SciELO. Atualmente ela se encontra integrada a *Web Of Knowledge* da *Thomson Reuters*, desde 2012. Suas coleções são multidisciplinares e estão em português, inglês e espanhol. Em sua maioria, os periódicos são gerenciados de

¹¹ “DOAJ is the most recognized and most authoritative list of scholarly peer-reviewed, fully Open Access journals”. (MORRISON, 2007).

¹² Fonte: <http://www.scielo.org/php/index.php>

maneira independente, por instituições acadêmicas ou associações científicas, contando assim, com uma esporádica presença de editoras comerciais, ou seja, cada uma das coleções da SciELO é gerenciada e financiada por suas respectivas instituições nacionais de pesquisa, e todas assumem o mesmo método e tecnologia operacional.

O principal propósito da SciELO é o de oportunizar mundialmente a visibilidade da “ciência perdida” e de muito valor que se origina em países em desenvolvimento, estes, que por uma série de motivos, constantemente sofrem maiores obstáculos para publicar em canais de periódicos científicos de prestígio dos países centrais. Entretanto, SciELO não se trata somente de uma plataforma, biblioteca virtual ou portal de acesso às revistas nela contidas; trata-se também de uma concepção e metodologia de editoração e publicação científica que certificam a qualidade de suas publicações disponibilizadas. Padrões estes, que segundo Packer (2009 *apud* FURNIVAL; ALMEIDA 2014),

(...) tem acarretado numa situação louvável hoje em que vários dos índices bibliográficos internacionais e regionais (incluindo o Web of Science, Scopus, CROSSREF, Google Scholar, PubMed, LILACS, AGRIS, DOAJ) mantem *links* atualizados para as revistas da SciELO, o que tem contribuído para o crescimento do Fator de Impacto de vários títulos.

A vasta presença do SciELO na Internet, juntamente com o fortalecimento da via dourada no Brasil, também pode ser comprovada, segundo Packer et al. (2013),

[...] por diversos sistemas de contagem de acessos, como o *Ranking Web of Repositories*, que, em sua edição de julho de 2013, posicionou a coleção do SciELO Brasil em primeiro lugar e as coleções do SciELO Chile, Argentina, Colômbia e Espanha entre os 20 primeiros portais *top*.

Em março de 2012 em uma cerimônia pública, foi-se lançado também, o SciELO Livros, que se trata de coleções de livros de editoras universitárias nacionais em formato digital (*e-books*). Seu objetivo é o de maximizar a acessibilidade, a visibilidade, o uso e principalmente, o impacto das pesquisas e dos estudos publicados.

A SciELO em si é um projeto inovador em virtude do desenvolvimento da sua metodologia única no contexto da comunicação científica/acadêmica e da sua atividade exclusiva no meio online, onde toda publicação via SciELO baseia-se nos princípios do AA, isto é, sem restrições, como por exemplo o pagamento de taxas de assinatura, permitindo a reprodução da obra acessada desde que, creditando devidamente a sua autoria.

Entretanto, ainda existe uma falta de consciência por parte da comunidade científica (autores, propriamente dito), por conta de alguns modelos de periódicos que solicitam que o “autor pague” para publicar no mesmo, que as publicações em acesso aberto otimizem a disseminação de seus trabalhos na comunidade de pares, a fim de que ele seja debatido, avaliado e usado para futuros avanços da ciência, além de consolidar suas reputações para a comunidade acadêmica. À vista disso,

Os modelos de negócios em acesso aberto do tipo “o autor paga” têm sido interpretados, na mente de pesquisadores, com publicações de qualidade inferior. Cabe mencionar aqui que muitas das editoras comerciais tradicionais (p.ex. *Springer Open Choice Publishing*, *Nature Open*), que operam predominantemente sob o modelo de assinatura, também oferecem a “opção aberta” de publicação: ou seja, no mesmo volume e número de uma determinada revista, se encontram artigos em acesso aberto ao lado de artigos “fechados”, simplesmente porque o autor (sua universidade ou o órgão de fomento à pesquisa realizada) pagou para que o artigo pudesse ser disponibilizado em acesso aberto, imediatamente à sua finalização.

Morrison (2009) enfatiza que é importante desmistificar a noção de que toda publicação OA (*Open Access*) cobre uma taxa para a publicação: a autora cita um estudo de Hooker, de 2007, que demonstrou que 67% das revistas listadas no DOAJ não cobram pela publicação, citando, também, um estudo de Suber e Sutton, do mesmo ano, onde se demonstra que 83% das editoras OA de sociedades e associações científicas não cobram taxas de processamento de artigos. Suber (2012) observa que a maior parte das revistas em acesso segue as políticas editoriais e práticas das revistas convencionais, e de fato, o rigor do processo de editoração e publicação de revistas em acesso aberto não deveria ser colocado em questão, como os altos padrões exigidos pelos títulos da SciELO atestam. (FURNIVAL; ALMEIDA, 2014).

Mediante o exposto, há que considerar-se que a SciELO vem unindo esforços para reafirmar e enrijecer seus objetivos. Em sua última reunião, realizada em outubro de 2013, alguns propósitos foram traçados priorizando o alinhamento da gestão e operação das coleções e dos periódicos de acordo com o estado da arte internacional, com foco para a adesão de adaptação das inovações metodológicas e tecnológicas que caracterizam a comunicação científica internacional. Iniciativa esta que foi estruturada em três linhas prioritárias de ação: profissionalização, internacionalização e sustentabilidade financeira, que serão firmadas ao longo dos próximos três anos¹³.

¹³ PACKER, Abel L. A Rede SciELO publica mais de 500 mil artigos em acesso aberto em 17 anos de operação. **SciELO em Perspectiva**. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2015/02/06/a-rede-scielo-publica-mais-de-500-mil-artigos-em-acesso-aberto-em-17-anos-de-operacao/>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

2.4 O Direito de autor e a Via Dourada do Acesso Aberto

A propriedade intelectual é o campo do direito que tem como objetivo proteger as criações intelectuais consentindo aos criadores seus direitos financeiros, os quais inspiram os modos de comercialização, circulação, utilização e produção dessas então, criações intelectuais ou dos produtos e serviços que incorporem as mesmas, quer dizer, trata-se de um sistema elaborado para garantir a propriedade e/ou exclusividade resultante do exercício intelectual nos campos industrial, científico, literário e artístico que também possui diversas formas de proteção; dessas, uma de suas vertentes principais é o Direito Autoral. O Direito Autoral é um conjunto de direitos morais e patrimoniais sobre as criações do espírito, tangíveis ou intangíveis, manifestadas por quaisquer meios ou fixadas em quaisquer suportes, que se confere aos criadores das mesmas. A proteção dos direitos autorais não requisita nenhum tipo de registro formal, pois, tratam-se de direitos exclusivos e monopolísticos.

O Direito Moral diz respeito ao vínculo entre a obra criada e o sujeito da proteção, o autor; é irrenunciável e inalienável, além de ser intransferível, imprescritível e irrenunciável. Já o Direito Patrimonial refere-se aos direitos de autorização de reprodução de reprodução, de distribuição e de comunicação para o público; pode ser transferido mediante cessão, licença ou qualquer outra modalidade prevista em direito. Dessa maneira, a titularidade sobre a obra pode ser transmitida, transferindo o autor alguns ou todos direitos de usufruto ou exploração econômica sobre sua obra a terceiros. Assim, entende-se que o Direito Autoral se trata do direito que o autor da obra intelectual tem de gozar dos produtos resultantes da reprodução, da execução ou da representação de suas criações. Relacionado aos Direitos Autorais, estão os Direitos Conexos; estes têm como objetivo proteger os interesses jurídicos de certas pessoas ou organizações que contribuem para tornar as obras acessíveis ao público ou que acrescentem para a obra, seu talento criativo, conhecimento técnico ou competência em organização. Dentre estes direitos existem limitações e exceções, as quais visam o equilíbrio entre os interesses públicos e privados (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007; JACOB, 2014).

A Gestão Coletiva dos Direitos Autorais surgiu posteriormente como uma opção (ou seja, é facultativo gozar dessa garantia), de sistema de administração de direitos autorais e dos direitos conexos através do qual os detentores dos direitos autorais de obras protegidas delegam para suas associações, pois a impossibilidade de supervisionar o uso de suas obras em todo o país e no mundo é proeminente e também para facilitar o direito de negociação das condições de uso de suas obras com o objetivo de protegê-las de qualquer uso não-autorizado.

No Brasil, o exemplo mais conhecido da área de gestão coletiva está na área da execução musical: o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Assim, as funções principais de uma associação são: a arrecadação e a distribuição dos direitos autorais (ECAD. ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO).

A lei que tange aos direitos autorais, nacionalmente, é a Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, tendo alguns dispositivos desta alterados, acrescentados, além de revogado o artigo 94 que dispõe sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e também dá outras providências, na Lei Nº 12.853, de 14 de agosto de 2013. Segundo a lei, as obras intelectuais passam a domínio público após 70 anos da morte do autor, porém, existe a particularidade das obras audiovisuais, por exemplo, que são protegidas por 70 anos após a sua criação, ressalvando sempre os direitos morais, pois estes são perpétuos.

Segundo o Ministério da Cultura (2007, p. 2), a lei autoral nacional é uma das mais restritivas pois esta impede a realização de cópias de segurança por parte de museus e arquivos, a reprodução de obras para uso de portadores de necessidades especiais (exceto braile para deficientes visuais), a cópia privada de uma obra integral, e também, por exemplo, copiar uma música de um CD legalmente comprado para um IPOD, MP3 ou um MP4 pessoal.

A Lei Autoral brasileira vem sendo criticada devido a uma série de desequilíbrios e incorreções. Em termos gerais, tem sido notada a falta de três equilíbrios principais no corpo da Lei: a) entre autores e investidores, pois muitos autores são submetidos a contratos leoninos a fim de verem suas obras distribuídas e comunicadas ao público, perdendo completamente qualquer direito patrimonial sobre elas; b) entre titulares de direitos e os membros da sociedade, como no caso das limitações e exceções; c) entre os custos de sua implementação e os benefícios por ela proporcionados. Isso se reflete em vários aspectos, como na ausência de supervisão, regulação e promoção da Gestão Coletiva de Direitos, na carência de uma instância administrativa de mediação de conflitos e arbitragem na área autoral, no predomínio da cessão total de direitos em detrimento do licenciamento, e na perda do controle da obra pelo autor. (...) Como solução à circulação de obras protegidas pela Internet e à perda de controle por parte dos titulares de direitos sobre essas obras, foram incluídas, na legislação atual brasileira, as chamadas Medidas de Proteção Tecnológica (TPMs na sigla em inglês). No entanto, elas se revelaram de grande ineficácia e são mais um dos elementos que afetam os equilíbrios acima desejados. Dessa maneira, afetam-se o direito às limitações e exceções previstos em nossa Lei, impede-se a interoperabilidade e a portabilidade de arquivos em formatos e mídias diferentes, e coloca-se em questão a disponibilidade para a população brasileira dos avanços propiciados pelas novas tecnologias, como na convergência de mídias. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007 p. 3).

Mesmo nesta situação de complexidade, o Direito Autoral tornou-se um negócio valioso no âmbito da produção cultural, pois no mundo globalizado, este se introduz como um negócio administrado pela predisposição em estabelecer controle sobre bens culturais por meio de fusões que possibilitam o acesso, manipulação e o domínio dos “elementos” autoria e obra, por parte dos investidores e intermediários, e então, impõe como fundamento do entretenimento atual a oferta reduzida e, conseqüentemente, o consumo intensificado de “produtos” patrimônios de empresas.

No entanto, mediante todas essas implicações no que diz respeito à “proteção” da informação, Targino (2000, p. 15) destaca um ponto muito importante, pois, “os resultados da pesquisa não pertencem ao cientista, mas à humanidade. Constituem produto da colaboração social e como tal devem ser partilhados com todos, sem privilegiar segmentos ou pessoas”. E neste sentido o movimento para o Acesso Aberto caminha sinergicamente para a solução dos desafios advindos da complexa cartela de elementos atrelados ao Direito Autoral, uma vez que, segundo Bacarat (2012 p. 128 *apud* Furnival e Almeida, 2014 p. 9) “[...] não entram em conflito com as leis de direitos de autor, pelo contrário, elas complementam a lei de forma prática”, uma vez que a proteção adequada de espaços e obras na internet vir-se-á por intermédio da junção da lei com as ferramentas e elementos concebidos pela própria tecnologia.

Ainda assim, algumas políticas de Direito Autoral de revistas AA instituem determinadas condições para o autor, no entanto, há que verificar o grau de restrição destas, pois, segundo o panfleto *HowOpenIsIt?* (“Quão aberto é?”) lançado em 2011 pela PLOS, pela *Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition* (SPARC) e pela *Open Access Scholarly Publishers Association* (OASPA), o AA não objetiva apenas que os artigos publicados sejam gratuitos para os leitores, há também uma série de princípios relacionados com a leitura, reutilização, os direitos de autor e as versões dos conteúdos legíveis e utilizáveis por máquinas. Nota-se então, que os editores e financiadores dessas pesquisas aderiram a políticas diferentes, tornando algumas mais abertas que outras. Geralmente, o nível de abertura de uma revista será maior em relação às outras quando a quantidade de restrições impostas para a disponibilização imediata e reutilização das mesmas forem mínimas ou iguais a zero. Isto posto, de acordo com o “grau de abertura” de artigos e revistas apresentados no panfleto as análises aqui realizadas encontram-se na parte do “grau mais aberto” no que diz respeito aos direitos de reuso pelos usuários, no entanto, em sua maioria, elas também se encontram na

parte do “grau mais fechado” no que diz respeito aos direitos autorais mantidos pelo autor; onde a editora os detém.

Segundo o Conselho Brasileiro de Entidades Culturais (2010 *apud*. Jacob 2014 p. 59),

[...] O artista, que consegue sobreviver de sua arte, depara-se com empresas e instituições que escapam à sua visão e à sua capacidade de determinar o próprio destino. Verifica pessoalmente – e não como simples cidadão – que pode ser uma peça em um jogo de interesses de editores, marchands, distribuidores, gravadoras, distribuidoras de cinema, redes de casa de espetáculo, provedores de internet. Descobre a importância de instituições promotoras e patrocinadoras da cultura; depara-se com o lucro que propicia aos provedores de conteúdo e confronta-se com entidades de arrecadação e distribuição, cujos critérios não compreende a para as quais contribui sem receber os direitos que considera ter.

Nota-se que não somente existem adversidades com a lei em si, mas também, nas tentativas complementá-la de forma prática, pois, os editores, provedores e publicadores sempre terão em primeiro lugar os seus interesses, deixando poucas ou quase nulas, as alternativas para os autores. Mas, mesmo assim, a proposta do AA vem tornando-se a mais sólida nos quesitos disseminação e reuso, pois, estabelece que se faça o uso das tais licenças CC como pré-requisito para publicação científica, porque esta permite ao público fazer uso das obras por meio de algumas condições que o próprio autor pode eleger segundo seus próprios critérios. E o movimento vem, continuamente solidificando-se e buscando meios de conscientização por parte dos provedores, para minimizar cada vez mais as barreiras da comunicação científica.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

O método prevaemente deste trabalho foi o de pesquisa bibliográfica exploratória, baseado na leitura de documentos como livros e artigos, físicos e os disponibilizados em plataformas, bases de dados e etc. disponíveis na internet e que foram considerados pertinentes ao estudo.

Para cumprir-se a proposta prática do estudo, que se baseou na averiguação das políticas de direitos autorais e de reuso de artigos (por parte dos autores) – ou seja, o grau de abertura dos periódicos de Acesso Aberto – utilizou-se como fonte de amostra os títulos disponíveis das áreas de Ciências Agrárias e Engenharias a partir da plataforma SciELO correspondendo a um total de 196 títulos, 114 da área de Ciências Agrárias e 82 da área de Engenharias. Os periódicos duplicados (total de 4) foram considerados somente uma vez, perfazendo o total já mencionado. Faz-se necessário mencionar que a coleta foi finalizada respectivamente nos dias 02 de maio de 2015 as 17hs27min e dia 03 de maio de 2015 as 03hs42min, porque durante a coleta notou-se que alguns periódicos tanto eram excluídos como outros eram acrescentados, então, pode ser que hoje o número de títulos dessas áreas seja maior ou menor do que o que este trabalho apresenta.

Na página de capa de cada uma das revistas foi-se checado se a mesma estava sob uma licença CC, e em casos afirmativos, verificou-se qual era a licença. Posteriormente, a seção chamada “Instruções aos autores” era investigada de modo a apurar se a mesma fornecia informações aos autores a respeito de seus direitos autorais. Nem todas as revistas possuíam estas em português, algumas estavam somente em inglês ou espanhol. Então a apuração foi feita do por meio das seguintes palavras-chaves; em português: “*copyright*”, “direitos”, “autorais”, “autoria”, “autorização”, “cessão”, “ceder”, “termo”, “reservados”, “declaração”, “propriedade”; em espanhol: “*asignar*”, “*derecho*”, “*autorales*”, “*autorización*”, “*termo*”, “*reservar*”, “*reservados*”, “*declaración*”, “*propriedad*”, “*pertenece*”, “*copyright*”; e em inglês: “*authorship*”, “*responsibility*”, “*copyright*”, “*transfer*”, “*statements*”, “*license*”, “*assignment*”. Alguns periódicos possuíam um *link* especialmente para estas informações, e estes eram disponibilizados na seção “Instruções aos autores”. Eles foram checados, porém, uma mínima quantidade tratava-se de um real endereço web, a maioria tratava-se de links expirados, então, nestes casos, considerou-se que o título não disponibilizava esta informação para o autor facilmente acessível.

Após este levantamento, conferiu-se, quais destes 196 títulos estavam indexados no DOAJ.

Esta busca era feita pelo título do periódico e, quando não se obtinha sucesso, era feita pelo ISSN *online* do título que era disponibilizado na página de capa da revista por meio do campo de busca simples disponível na página inicial do portal. Além disso, conferiu-se também, se mencionava-se a licença CC sob qual estava o periódico, por meio da página de capa dos mesmos e, se esta era a mesma que estava disponível na SciELO.

Todos estes dados levantados e coletados foram dispostos em uma planilha do *software* Microsoft Excel 2013 seguindo uma padronização, subsequente de manipulação para análise.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentados quantitativamente os resultados da coleta realizada por meio de reflexões e interpretações primordiais em consonância com o objetivo principal do estudo determinado no início, isto é, detectar o “grau de abertura” de revistas científicas por meio de suas políticas de direitos autorais para os autores. Revistas estas, indexadas na plataforma SciELO. Abaixo, na Tabela 1, serão apresentados os dados relacionados à amostra trabalhada.

Tabela 1 - A amostra utilizada em números nas plataformas SciELO e DOAJ

Área	Periódicos		
	No SciELO	No DOAJ	
	Registrados	Registrados	Não registrados
Ciências Agrárias	114	94	20
Engenharias	82	61	21
Total	196	155	41

Fonte: Autoria própria

Como é possível perceber, dos 196 periódicos indexados na SciELO, 155 estão no DOAJ e 41 não estão. É a partir daí então, por meio da amostra indexada na plataforma DOAJ, de 155 periódicos, sendo 94 da área de Ciências Agrárias e 61 da área de Engenharias, que o trabalho se foca para a coleta e análise das políticas, pois, segundo Furnival e Almeida (2014 p. 11) “o fato de estarem indexados nesse Diretório significa que os avaliadores do DOAJ entendem que esses títulos satisfazem os critérios para serem considerados como revistas de acesso aberto”.

Estes títulos por serem de caráter Aberto, deveriam, sem exceção, a partir da sua página de capa na plataforma SciELO e DOAJ, ou sob suas opções seccionais, explicitar que o conteúdo da revista está licenciado perante uma licença *Creative Commons* de atribuição CC-BY ou outra equivalente. Porque este tem como objetivo permitir liberdade aos autores para determinarem sob quais termos e condições suas obras poderiam ser utilizadas, bem como também, quais seriam os direitos cedidos e ainda, sob quais condições o fariam.

No entanto, observou-se neste estudo vários tipos de discrepâncias no que diz respeito às licenças CC. A seguir, a Tabela 2, ilustrará o fato.

Tabela 2 - A exibição das licenças Creative Commons no SciELO e no DOAJ

Área	Periódicos			
	No SciELO		No DOAJ	
	Com licença explicitada	Sem licença explicitada	Com licença explicitada	Sem licença explicitada
Ciências Agrárias	72	22	36	58
Engenharias	45	16	20	41
Total	117	38	56	99

Fonte: Autoria própria

Nota-se, na Tabela 2, que de um total de 155 títulos, somente 117 disponibilizam claramente sob quais licenças estão licenciados no SciELO e no DOAJ, a situação é um tanto quanto mais precária, pois destes 155, somente 56 explicitam sob quais licenças CC estão. Aclara-se aqui que a busca por estas licenças no SciELO foi realizada nas páginas de capa de cada revista e em suas seções disponíveis para consulta; já no DOAJ, foram analisadas somente as páginas de capa das revistas.

Além disso, notou-se diferenças contraditórias neste sentido também, posto que, em muitos casos, o SciELO exibia uma licença e o DOAJ não exibia licença alguma, e vice e versa, como por exemplo, é o caso da revista da área de Ciências Agrárias, *Archivos de medicina veterinaria*, do Chile; no SciELO dizia que estava licenciada sob a licença CC-BY-NC, já no DOAJ não se encontrava licença disponível exibida. Ou ainda, este caso verificou-se mais raramente, o SciELO exibia uma licença CC que era diferente da exibida no DOAJ, e vice e versa, como é o caso da revista *Tecno Lógicas*, da Colombia; no SciELO apresenta a licença CC-BY-NC, já no DOAJ apresenta a licença CC-BY-NC-ND, que é a licença CC mais restritiva.

A importância das licenças dá-se, pois trata-se de uma recomendação da BOAI, como já citado no capítulo 2.1 deste estudo. A opção por uma licença CC feita pela instituição e/ou autor responsável pela publicação, expressa aos usuários do título, sob qual licença está aquele material e então, qual é o uso que se poderá fazer legitimamente do mesmo. Porém, não significa que pelo fato das licenças não estarem explicitadas, as revistas não estejam licenciadas sob alguma, pois tratam-se de revistas AA e, aqui foi feita uma análise das

mesmas nos portais que as indexam, mas, o que não significa também, que estas informações não deveriam estar disponíveis.

Logo, observou-se o quesito principal desde trabalho, a amostra de políticas de Direitos Autorais tendo por correspondência o autor. A Tabela 3 demonstra o panorama encontrado.

Tabela 3 - Periódicos SciELO que exigem transmissão de Direitos Autorais

Área	Títulos			
	Indexados no SciELO e no DOAJ	Transmissão de Direitos Autorais		
		Exigem	<u>Não</u> exigem	Não informado
Ciências Agrárias	94	43 (≈45%)	5 (≈5%)	46 (≈49%)
Engenharias	61	24 (≈39%)	1 (≈1%)	36 (≈59%)
Total	155	67 (≈43%)	6 (≈4%)	82 (≈53%)

Fonte: Autoria própria

A Tabela 3 mostra que aproximadamente (≈) 43% dos 155 periódicos de Ciências Agrárias e Engenharias – recordando que são somente as indexadas tanto no SciELO quanto no DOAJ – exigem que os autores, ao submeter artigos, assinem um termo de cessão/transmissão de direitos autorais para a revista.

Nota-se que ao transmitir seus direitos autorais para o periódico científico, o(s) autor(es) está cedendo direitos exclusivos do direito patrimonial que a lei outorga ao titular, é dizer, este é transferível, diferente dos direitos morais que são perpétuos e irrevogáveis. Direito de distribuição, adaptação, tradução, disseminação pública (na internet; em bases de dados) e até mesmo de publicação são elementos que contemplam o direito patrimonial. E o mais “grave” é que com este, o titular pode também impedir que o autor faça uso de sua própria obra no futuro, como por exemplo, não poderá depositar uma cópia em um repositório institucional, como também recomenda a BOAI.

É possível perceber a existência de “níveis” de abrangência dessas exigências de cessões de direitos autorais. Por exemplo, a Revista Ciência Agrônômica (2015), do Brasil, diz que:

Em caso de aceitação do artigo, os autores concordam que os direitos autorais a ele referentes se tornarão propriedade exclusiva da Revista Ciência Agrônômica, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e que, se obtida, devem

constar os agradecimentos à Revista Ciência Agronômica do Centro de Ciências Agrárias / UFC.

Em relação ao panfleto já citado neste estudo, “Quão aberto é?” (“*How open is it?*”), é de fácil percepção que esta revista passa por vários níveis de “condições” até onde se encaixa o seu perfil, que é o de caráter extremamente restritivo de AA. Deixando poucas ou quase nenhuma opção para o autor.

Mas, também há o exemplo da revista *CERNE*, do Brasil. Esta, digamos, é “menos restritiva” em suas condições, pois, o autor, mesmo depois de transferir seus direitos autorais ao periódico, tem permissão para usá-lo, após a publicação, sem autorização prévia da mesma, porém, os créditos têm de ser dados à revista (*CERNE*, 2015).

Essas questões são contraditórias, pois o grau de abertura para os usuários é praticamente máximo, enquanto que para os autores, suas possibilidades de utilização de uma obra própria são mínimas, ou pode-se dizer em alguns casos, nula, uma vez que estão licenciadas sob os termos de uma licença CC, e o objetivo desta organização é o de proporcionar licenças de uso flexíveis para a disseminação e comunicação na ciência. Se os autores pudessem “fazer mais” com seus trabalhos, a então disseminação e comunicação da ciência seria amplamente maximizada, pois a publicação destes seria estendida.

Um dos pontos mais fortes observados da coleta, é que, apenas um título das Engenharias diz que os direitos autorais, permanecem com os autores das obras e, das Ciências Agrárias, somente cinco explicitam que os direitos autorais permanecem com aos autores. Isto é, dentre 155 títulos – indexados no SciELO e DOAJ – somente $\approx 4\%$ aclaram isso. Estas, pode-se dizer que representam políticas editoriais de periódicos científicos que são em essência de Acesso Aberto, visto que, compreendem integralmente as implicações e o comprometimento que o AA propõe.

Considera-se importante esclarecer que o único título das Engenharias que foi considerado esclarecedor de tal fato em sua política editorial, foi mediante interpretação da autora. Trata-se do periódico, *Journal of Technology Management & Innovation*, do Chile. Este diz em sua política:

Após o envio de um artigo, os autores são convidados a indicar o seu acordo em cumprir com uma licença de acesso aberto. A licença permite que qualquer usuário fazer o download, imprimir, extrato, arquivar e distribuir o artigo, desde que o crédito apropriado é dado aos autores do trabalho. A licença assegura que o artigo será o mais amplamente possível disseminado e

também poderá ser incluído em qualquer arquivo científico¹⁴ (JOURNAL OF TECHNOLOGY MANAGEMENT & INNOVATION, 2015, tradução da autora).

Este não explicita que o autor não deverá transmitir seus direitos autorais para o mesmo, porém, reconhece os princípios do Acesso Aberto quando diz que a obra poderá ser distribuída, entre outras ações, desde que o devido crédito seja dado e, também aconselha que a obra poderá ser incluída em qualquer arquivo científico (entende-se aqui, repositórios institucionais, acadêmicos, temáticas, etc). Por tanto, se o título pretendesse obter tais direitos dos autores, essas ações não poderiam ser realizadas sem autorização prévia deste, e em nenhum lugar de sua política editorial encontrou-se tal argumentação. Por tanto entende-se aqui que seja provável que a revista não exija tal ação, posto que seria uma contradição a exigência mediante o texto acima citado. Além de que, as políticas que exigem tal feito, deixam bem claro que os trabalhos submetidos e aceitos serão de uso exclusivo das revistas, e o *Journal Of Technology Management & Innovation* também não elucida esta causa.

De igual modo, julga-se pertinente exemplificar a prática com dois modelos da área de Ciências Agrárias também. O primeiro é o da revista *Fitosanidad*, (2015) de Cuba, que diz que,

Los autores que publican en esta revista están de acuerdo con los siguientes términos: a. Los autores conservan los derechos de autor y garantizan a la revista el derecho de ser la primera publicación del trabajo al igual que licenciado bajo una Creative Commons Attribution License que permite a otros compartir el trabajo con un reconocimiento de la autoría del trabajo y la publicación inicial en esta revista. b. Los autores pueden establecer por separado acuerdos adicionales para la distribución no exclusiva de la versión de la obra publicada en la revista (por ejemplo, situarlo en un repositorio institucional o publicarlo en un libro), con un reconocimiento de su publicación inicial en esta revista. c. Se permite y se anima a los autores a difundir sus trabajos electrónicamente (por ejemplo, en repositorios institucionales o en su propio sitio web) antes y durante el proceso de envío, ya que puede dar lugar a intercambios productivos, así como a una citación más temprana y mayor de los trabajos publicados.

Ou seja, não existe a exigência de exclusividade ou a restrição, que, a grosso modo, diz que o trabalho de um autor, não pertence mais a ele. Esta incentiva aos pesquisadores estabelecer tratados adicionais para a distribuição de seus estudos e ainda, permite e estimula que seja

¹⁴ “Upon submission of an article, authors are asked to indicate their agreement to abide by an open-access license. The license permits any user to download, print out, extract, archive, and distribute the article, so long as appropriate credit is given to the authors of the work. The license ensures that your article will be as widely available as possible and that your article can be included in any scientific archive.” (JOURNAL OF TECHNOLOGY MANAGEMENT & INNOVATION, 2015).

realizado depósitos como em repositórios institucionais mesmo durante o processo de envio, porque entende que este fato pode trazer resultados produtivos para o autor e para a ciência.

O segundo exemplo é o da revista *Agronomía Mesoamericana*, 2015, da Costa Rica. Esta diz que:

O autor deve indicar que o trabalho é original e não foi publicado ou submetido para publicação. Além disso, uma vez submetido à publicação em *Agronomia Jornal da Mesoamérica*, também devem ser submetidos para publicação em outras revistas.

Por isso, entende-se que os direitos ficam com o autor pois ele tem o direito de publicar seu estudo em outros periódicos, porém, é um pouco contraditório no ponto em que a revista aconselhe essa atividade enquanto, somente aceita estudos inéditos que não foram publicados ou submetidos a outros títulos.

Contudo, em relação ao panfleto “Quão aberto é?” (“*How open is it?*”) pode-se perceber que a revista *Fitosanidad* encontra-se no nível “mais aberto” da categoria AA, em razão de não deixar dúvidas tanto para os usuários quanto para os autores sobre a liberdade que têm para utilizarem seus artigos. Porém, as duas aqui ilustradas, exigem que o artigo submetido esteja sendo publicado pela primeira vez. Em verdade, não se encontrou, dentre os títulos analisados, nenhum que aceitasse estudos já publicados, tanto em periódicos, quanto em repositórios.

Há que entender também, o que significa a quinta coluna da Tabela 3, afinal ela representa, ≈53% do total de títulos analisados por este estudo. Os dados nela contidos são referentes as revistas que não explicitam em suas políticas editoriais se o autor poderá continuar detendo seus direitos autorais após publicação em seu título; não há como saber, somente por meio da coleta realizada, porém, o fato de não estar aclarado não significa que sim, eles poderão manter, nem tão pouco que terão de cedê-los.

(...) há que se observar que justamente nesses periódicos – como é o caso da maioria das revistas científicas *online* hoje – o processo de submissão do manuscrito é inteiramente automatizado, consistindo de vários passos em que o autor fornece informações, aceitando as condições impostas pelas revistas, tendo, às vezes, que restringir suas ações, “ticando” caixinhas que lhe concedem ou não a finalização do processo, e é comum que nesses procedimentos automatizados o autor acabe tendo que aceitar a cessão dos direitos autorais à revista. (FURNIVAL e ALMEIDA, 2014, p. 14).

Por fim, constata-se que é surpreendente que esses títulos de caráter AA operem sobre este quesito sob um regime mais fechado, principalmente porque estão indexados em plataformas renomadas de Acesso Aberto como SciELO e DOAJ.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese inicial deste trabalho foi apurada, averiguada e por meio dos resultados apresentados foi comprovada. Muitas políticas editoriais de revista de Acesso Aberto indexadas em plataformas de prestígio como SciELO e DOAJ exigem dos autores a transmissão total de seus Direitos Autorais – em torno de $\approx 43\%$ do total averiguado. Faz-se necessário esclarecer que não existe uma regra que dite que revistas AA não podem ser as detentoras de tais direitos só por serem de Acesso Aberto, porém, este fato torna o periódico mais restritivo, é dizer, seu “grau de abertura” é drasticamente minimizado, segundo o panfleto *HowOpenIsIt?* (“Quão aberto é?”) lançado em 2011 pela PLOS, SPARC e OASPA, uma vez que esta transferência impossibilita que os autores depositem uma cópia de suas próprias obras em repositórios institucionais das universidades que financiaram o estudo das mesmas, por exemplo; limitando o acesso pelos usuários. Este argumento fundamenta-se na declaração de Bethesda, de 2003, que além de apoiar a BOAI, acrescenta que uma versão completa do trabalho deve ser depositada imediatamente após a inicial publicação em pelo menos um repositório on-line que seja suportado por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, agência do governo, entre outros, para permitir o acesso aberto, e de longo prazo de arquivamento.

É aí então que surge a principal indagação: o usuário/leitor destes trabalhos percebe que o título está sob uma licença CC – que têm por principal objetivo, flexibilizar a comunicação científica – e por isso está apto a fazer distintos usos destes mesmos trabalhos, porém, o autor que foi obrigado a transmitir seus direitos autorais para o título para que seu trabalho fosse publicado. Logo, quem teria direitos maximizados de reuso e divulgação destes trabalhos em repositórios, por exemplo?! Ou seja, as revistas estão posicionadas no “grau mais aberto” quando em relação aos usuários, e essa situação não se repete quando analisamos sua posição em relação aos autores. Elas estão, sem dúvidas, sob o espectro “mais fechado” no que tange os direitos autorais.

Outra discrepância foi encontrada por meio deste estudo no que diz respeito as licenças CC dos títulos examinados. Porém, contudo, crê-se que mesmo que alguns destes não as tenham exibidas em suas páginas de capa das plataformas elegidas, sim, eles devem estar licenciados sob os termos de uma as seis licenças CC existentes. O que nos faz refletir que quando o autor submete seu trabalho a um título assim (licenciado sob os termos CC), ele já está ciente que seu trabalho será publicado sob as condições do AA, estas implicam a maximização das

vantagens de se tem de um documento, incluindo fotocopiar, distribuir, imprimir, entre outras atividades, tornando então, essa transmissão desnecessária, sob a ótica deste estudo.

Todavia, existem sim, as exceções a estas imposições consideradas desajustadas, estas representam somente $\approx 4\%$ do total explorado aqui, porém, o que considera-se apontar que o Acesso Aberto dirige-se por trabalhar para que as publicações científicas e as investigações em desenvolvimento sejam difundidas por diversos meios e assim, fortalecer o avance e a comunicação da ciência.

Enfim, constata-se também que existe a necessidade de obter-se maiores informações dos periódicos, a respeito do que essas exigências em suas políticas editoriais implicam para os usuários e para os autores, para que estas possam tornar-se cada vez mais coesas trabalhando em prol da comunicação científica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Virginia Barbara Aguiar. Open archives: via verde ou via dourada?. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 2, ago./set. 2008. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

ARÉVALO, Julio Alonso; CASCÓN, Fernando Carbajo; GARCÍA, José Antonio Cordón. La propiedad intelectual y los derechos de autor en bibliotecas y centros de información: revistas digitales y acceso abierto. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/18064/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BDTD. BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. O que é a BDTD. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/a-bdtb>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre os Direitos Autorais. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/biblio/guia.html>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Disponível em:

<<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CREATIVE COMMONS. Disponível em:

<https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR>. Acesso em: 06 jun. 2015.

DOAJ. DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS. About DOAJ. Disponível em: <<https://doaj.org/about>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ECAD. ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO. O que é direito autoral?. Disponível em: <<http://www.ecad.org.br/pt/direito-autoral/o-que-e-direito-autoral/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FAUSTO, Sibele. Evolução do acesso aberto: breve histórico. **SciELO em Perspectiva**. 2013. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2013/10/21/evolucao-do-acesso-aberto-breve-historico/>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; ALMEIDA, Bianca Miranda de. As revistas em acesso aberto e as políticas de direitos autorais: o caso das revistas na plataforma SciELO-Brasil. 2014.

JACOB, Carlos Henrique. Direito autoral, acesso aberto e a universidade pública brasileira. 2014. Tese (Doutorado em Endodontia) - Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/23/23145/tde-18032015-105447/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

- KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: como tudo começou. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2012/02/27/acesso-livre-como-tudo-comecou/>>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/831>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- LEMO, Ronaldo; BRANCO JÚNIOR, Sérgio Vieira. Copyleft, Software Livre e Creative Commons: A Nova Feição dos Direitos Autorais e as Obras Colaborativas. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2796>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- LIMA, Clóvis Montenegro de; SANTINI, Rose Marie. Copyleft e licenças criativas de uso de informação na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652008000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2015.
- MARANDOLA, Marco. El sistema de las Creative Commons. **El profesional de la información**, v. 14, n. 4, jul./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2005/julio/6.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2015.
- MEDINA, Rocío. Licencias que todos debemos aprender: Copyright, Copyleft y Creative Commons. 2015. Disponível em: <<http://www.tilomotion.com/blog/licencias-que-todos-debemos-aprender-copyright-copyleft-y-creative-commons/>>. Acesso em 06 jun. 2015.
- MELERO, Remedios. Acceso abierto a las publicaciones científicas: definición, recursos, copyright e impacto. **El profesional de la información**, v. 15, n. 4, jul./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2005/julio/3.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2015.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Direitos autorais. 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/18021/130362/direito-autoral-27-11-2007.pdf/d3967b82-3f51-4fe5-9021-4825af66f668>>. Acesso em: 19 mar. 2015.
- MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Lima; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, jan. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a07.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- MORRISON, Heather. Directory of open access journals (DOAJ). Jan. 2008. Disponível em: <http://circle.ubc.ca/bitstream/handle/2429/871/DOAJreview_morrison.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 abr. 2015.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/268>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

PACKER, Abel L. A Rede SciELO publica mais de 500 mil artigos em acesso aberto em 17 anos de operação. **SciELO em Perspectiva**. 2015. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2015/02/06/a-rede-scielo-publica-mais-de-500-mil-artigos-em-acesso-aberto-em-17-anos-de-operacao/>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

PACKER, Abel L., et al. (Org.). SciELO – 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica. Paris: UNESCO, 2014. ISBN 978-92-3701-237-6. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.7476/9789237012376>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

PALENCIA, Alejandro Vera. Guía Creative Commons. 2014. Disponível em: <<http://www.sideleft.com/guia-creative-commons/>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

PEÑA, Juan Miguel Palma. Recursos de acceso abierto en el marco de la sociedad del conocimiento: hacia la democratización de información. **Revista Documentación**, vol. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17383/>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

PLOS; SPARC; OASPA. HowOpenIsIt?. Disponível em: <https://www.plos.org/wp-content/uploads/2014/10/PLOS-HOII-leaflet_Portuguese-V2_final.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

RODRIGUES, Eloy. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos BAD**, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/836>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

SALA, Hernán Edgardo. Origen, consolidación, expansión e implicancias del Acceso Abierto en América Latina y el Caribe. 2011. Disponível em: <<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/view/405/343>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SCIELO. SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

SEER. SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS. Disponível em: <<http://seer.ibict.br/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação e Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 22 jun. 2015.